PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0259/2021
ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 004/2021- PML
CONTRATO N° 017/2021

AQUISIÇÃO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA A ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI -PI, CONFORME MENCIONADO NO ANEXO I, DISCRIMINADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PELO REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO UNITARIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI E A EMPRESA: **CONSTROENDO LTDA-EPP, inscrita com o CNPJ Nº 08.842.888/0001-11**.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de Maio do ano de 2021, de um lado o MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPEU DO PIAUI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.612.593/0001-00, sito à Rua João Costa nº 379 Centro CEP 64.178-000, MORRO DO CHAPEU DO PIAUI, Piauí, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Marcos Henrique Fortes Rebêlo, portador RG **nº 525.773-SSP/PI e** do CPF nº **227.700.973-34**, residente e domiciliada na Rua Julia Maria de Jesus – centro de MORRO DO CHAPEU DO PIAUI – PI, e do outro a firma CONSTROENDO LTDA-EPP, inscrita com o CNPJ Nº 08.842.888/0001-11, localizada na AV MINISTRO PETRONIO PORTELA, 2916, CEP 64.180-000 BAIRRO/DISTRITO PALESTINA MUNICÍPIO ESPERANTINA UF PI ENDEREÇO ELETRÔNICO CONSTROENDO2015@BOL.COM.BR TELEFONE (86) 3383-1775/ (86) 3383-15988, representada neste ato pela Sra. IANA MARA AMORIM ROCHA, brasileira, solteira, natural de Esperantina-PI, nascida em 12/09/1983, empresária, portadora da carteira de Identidade RG n° 2.058.840 expedida pela SSP-PI em 25/05/1999, inscrita no CPF sob o n° 648.159.513-49, residente e domiciliada na Praça Diógenes Rebelo n° 95 Centro, CEP 64180-000 nesta cidade de Esperantina-Piauí, doravante denominada CONTRATADA, firmam aquisição parcelado de material de construção em geral, para a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de MORRO DO CHAPEU DO PIAUI -PI, discriminados no Termo de Referência. Na forma disposta na Cláusula Primeira deste Contrato, fundamentado no art.23, Inciso I, alínea "a" e demais disposições contidas na Lei 8.666/93, 10.520/02, com as modificações posteriores e de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO E FUNDAMENTO LEGAL
O presente contrato tem por objeto: aquisição parcelado de material de construção em geral, para a atender as necessidades da Prefeitura Municipal de MORRO DO CHAPEU DO PIAUI -PI, conforme descrito na Ata de Registro de Preços n.° 003/2021 e Pregão Eletrônico 04-2021- PML.

Parágrafo único – Integram e complementam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de **Pregão Eletrônico n.° 004/2021**, juntamente com seus anexos e de acordo com a Lei n.° 10.520, de 17 de

julho de 2002, com o Decreto Municipal n.º 013 de 06 de junho de 2019, e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO
O contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta e em regime de empreitada por preço unitário, recaindo sobre a contratada a responsabilidade pelo objeto entregue/executado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR
O valor global para a aquisição/execução do objeto é **de R$: 893.068,22 (OITOCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SESSENTA E OITO REAIS E VINTE E DOIS CENTAVOS)**, (*em moeda corrente nacional),* daqui por diante denominado VALOR CONTRATUAL.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até **30 (quinze) dias**, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal pelo contratado, devidamente atestada.
Parágrafo único – A fatura, depois de protocolada, será conferida e certificada pelo Contratante. No caso de se verificarem divergências em relação à regularidade do documento será cancelado o protocolo e devolvido imediatamente à Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO FINANCEIRO
As despesas provenientes deste processo correrão à conta da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s): orçamento exercício 2021.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

02.03.00- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS –
02.05.00-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.05.01- FUNDO DE MANUT.E DESENVOL. DA EDUCACAO BASICA - FUNDEB
02.06.00 -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
02.06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS
02.07.00- FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL-FMAS
02.08.00 - SEC. MUNIC. DO DESPORTO, LAZER, CULTURA E TURISMO

PROJETO ATIVIDADE:

04.122.0003.2006.0000-MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA
04.752.0025.2028.0000- MANUTENCAO DOS SERVI€OS DE ILUMINACAO
15.122.0003.2021.0000-MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS SERVICOS URBANOS
15.451.0016.1019.0000-CONST., AMPL.,REST. DE PREDIOS PUBLICOS
15.451.0016.1045.0000 -CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE CAL€AMENTOS
15.452.0016.1050.0000 -CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE LOGRADOUROS
15.452.0016.2093.0000- MANUT.E CONSER. DE PRA€AS, PARQUES E OUTROS
18.541.0016.2089.0000 -MANUTEN€ÇO E PRESERVA€ÇO DOS PARQUES

12.361.0003.2094.0000 - ADMINISTRA€ÇO E ENCARGOS DA SECRETARIA
12.365.0004.2032.0000- MANUTENCAO DE CRECHES
12.361.0014.1030.0000 -AMPL. E REF. DE UNIDADES ESCOLARES
04.122.0003.2043.0000 -MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE
10.302.0010.2053.0000 -CONSERVA€ÇO E LIMPEZA DOS POSTOS DE SAUDE
08.244.0008.2058.0000 -MANUTENCAO DA SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL
27.812.0027.1089.0000CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE QUADRAS DE AREIA
27.813.0027.1025.0000CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE CAMPOS DE FUTEBOL

27.813.0027.1027.0000CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE QUADRA
27.813.0027.1062.0000- CONSTRU€ÇO E RECUPERA€ÇO DE GINASIO
27.813.0027.2106.0000 - MANUTEN€ÇO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30

FONTE DE RECURSO: FPM; QSE; ISS; ERRF; ICMS; FUS; DUCAÇÃO (15%); EDUCAÇÃO (40% FUNDEB); COSIP; BL GSUAS FNAS; BL GBF FNAS; BL PSB FNAS; PISO DE ATENÇÃO BÁSICA-PAB; FMAS; OUTROS.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE
O preço estabelecido no presente contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice IGPM ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL
O prazo de vigência deste contrato será de 12 **(doze) meses**, sendo contado a partir da data de sua assinatura.
Parágrafo Primeiro – O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei n.º 8.666/93.
Parágrafo Segundo – A execução do objeto contratual deverá seguir estritamente o disposto no edital de licitação e neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES
Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.
Parágrafo Primeiro – Constituem obrigações do CONTRATANTE:
I - Efetuar o pagamento ajustado;
II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias a garantir execução do contrato.
Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA, além das já especificadas no edital e contrato:
I - Entregar e/ou executar o objeto na forma ora ajustada, bem como cumprir todas as obrigações contratuais, inclusive as acessórias;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato;
III - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
IV - Apresentar, sempre que solicitado durante a execução do contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e alterações no ato constitutivo.
Parágrafo Terceiro – O (s) responsável (eis) pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato e pelo atesto da (s) Nota (s) Fiscal (is) será (ão) servidor nomeado por portaria.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL
O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado implica em multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor contratual por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) **do valor total da contratação.**
Parágrafo Primeiro – A inexecução parcial de qualquer das obrigações, inclusive das acessórias, referentes a este contrato, implica no pagamento de multa no valor de até 5% (cinco por cento), calculada sobre **o valor total da contratação**.
Parágrafo Segundo – A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com o contrato, inclusive das obrigações acessórias, implica no pagamento de multa no valor de até 20% (vinte por cento), calculada sobre **o valor total da contratação**.
Parágrafo Terceiro – Quando ocorrer atraso no pagamento de conta decorrente da contratação será aplicado o índice oficial (INPC/IBGE) para atualização monetária, nos termos do Art. 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO
O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666 de 1993.
Parágrafo único – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO[1]
O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
I - "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução do contrato;
II - "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;

III - "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

IV - "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;

V - "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Parágrafo Segundo – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual reger-se-á pelas disposições expressas na Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado. Aplica-se também a Lei n.° 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar n.° 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014, e, subsidiariamente, os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.° 8.666 de 1993 e dos Princípios Gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Esperantina - PI para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

MORRO DO CHAPEU DO PIAUI-PI, 14 de maio de 2021.

MARCOS HENRQUE FORTES REBÊLO
Prefeito Municipal
CPF nº 227.700.973-34
RG nº 525.773-SSP/PI
Endereço: Rua Julia Maria de Jesus – centro
Morro do Chapéu do Piauí-PI

Raimundo Nonato Marques Rocha
CONSTROENDO LTDA-EPP
CNPJ Nº 08.842.888/0001-11
Contratada

TESTEMUNHAS:
1ª Fabrícia Melo Portela CPF: 071.959.613-03
2ª Maria Conrazia Rodrigues Santos 030.299.863-22